

O filho eterno: resenha crítica

Maria Beatriz Zanchet¹

TEZZA, Cristovão. *O filho eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2007. 222p.

O filho eterno, de Cristovão Tezza, romance de uma crueldade produtiva, se afigura como uma brilhante reflexão sobre a necessidade e a importância da ação do tempo para operar o ciclo da maturação/amadurecimento. Este ciclo se justifica porque plasma duas variáveis significativas de um problema que a crítica literária tem, ao longo de sua história, tratado de forma dicotômica: o narrador e o autor, o sujeito real e o personagem, o escritor e o protagonista, ou ainda, quaisquer outros aportes demonstrativos que se queira dar para separar o homem que escreve da ficção que ele escreve. Assim, o romance abre caminhos inovadores para que se discuta a tão famigerada relação entre vida e obra, autobiografia e ficcionalidade, como se a ficção pudesse, de *per se* abdicar da história ou como se a realidade não pudesse adentrar os labirintos da subjetividade vital por considerá-la, aprioristicamente, o reino positivista da neutralidade.

Dividido em vinte e cinco capítulos, não numerados, o romance é introduzido por duas epígrafes significativas: a primeira, de Thomas Bernhard, apresenta o conflito entre o desejo pela descrição fiel da verdade e o resultado dessa descrição; a segunda, de S. Kierkegaard, aponta a reflexão especular entre pai e filho, tema de que se ocupa o livro em suas duzentas e vinte e duas páginas: as vicissitudes, o calvário e as amarras de um jovem escritor ao receber a notícia de que seu primeiro filho era portador da Síndrome de Down e a peregrinação vital em torno desse fato até sua liberta aceitação.

Consagrado pela crítica, vencedor do prêmio de ficção da Associação Paulista dos Críticos de Arte, considerado como romance destaque de 2007, *O filho eterno* é, seguramente, das melhores criações ficcionais – senão a melhor – de Cristovão Tezza. Professor da UFPR, doutor na área de Letras, nascido em 1952, o escritor, embora sendo natural de Lages (SC), tem sua “cidadania literária”, metaforicamente falando, tributada ao Paraná. Dentre seus romances mais conhecidos estão *Trapó*; *O fantasma da infância*; *Aventuras provisórias*; *Breve espaço entre cor e sombra* (Prêmio Machado de Assis/ Biblioteca Nacional de melhor romance de 1998); *O fotógrafo* (prêmio da Academia Brasileira de Letras).

A narrativa de *O filho eterno* inicia sob o signo da construção, melhor dizendo, de duas construções: do pai-narrador-escritor e do filho-personagem-narrado. Há uma partogênese significativa envolvendo o nascimento e criação do filho e deslocando-se para o nascimento do escritor e o ato da escritura. As marcas vitais conjugam-se nas palavras do próprio autor: “romance brutalmente autobiográfico”. Apesar das dificuldades romanescas atribuídas ao gênero autobiográfico, o livro furta-se ao mero assédio confessionalista porque o autor – experiente e exigente quanto às técnicas literárias – soube optar pela utilização de um ponto de vista revelador. Narrando em 3ª pessoa, ao invés da 1ª pessoa do singular, Tezza – com esse hábil expediente de foco narrativo – forjou uma nova indumentária para o romance autobiográfico e, muito embora os poros da vida refluam do corpo do texto, a essência do mesmo – sua alma – ainda continua sendo a ficção.

Aqui, cabe um parêntesis questionador: será a vida “real” tão desprovida de significação que não mereça compartilhar da ficção ou, ao contrário, mesmo a ficção mais fantástica está embebida de realidade? Épocas houve, ratificadas por posições crítico-literárias, em que era vedado ao escritor narrar ou discorrer sobre



¹ Docente no Curso de Letras da Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon.
Email: mbzanchet@bol.com.br

a própria vida e, para a possibilidade de tal hipótese, cabia uma solene advertência: “qualquer semelhança com fatos ou personagens reais é mera coincidência”, como se a realidade maculasse o manto diáfano e independente da fantasia literária. Cristovão Tezza dá um pontapé nas veleidades dessa ordem e investe na reflexão de sua própria história, cavando-lhe as profundezas e desnudando orgulhos e preconceitos entranhados na forma de ver e sentir o mundo familiar e social. Se essas mazelas da escritura pertencem ao eu do narrador ou do escritor, convém assinalar o que afirma Erico Verissimo, em suas memórias, no *Solo de clarineta*: “não temos dentro de nós dois eus, mas uma legião deles. E ninguém como o escritor de ficção – talvez apenas ator – exerce com mais freqüência essa faculdade de multiplicar-se”.

A abertura do romance dá conta da voz da esposa anunciando ao pai a chegada iminente do filho, ao mesmo tempo em que vai construindo a figura desse pai-narrador, através de um discurso amparado em termos que expressam dúvidas, incompletudes e indefinições: “Alguém provisório, talvez; alguém que, aos 28 anos, ainda não começou a viver. [...] ele não tem nada, e não é ainda exatamente nada”. (p. 9). Descreve-se como um “filhote retardatário dos anos 70”, e se vê como um poeta cafona, gorado em sua profissão, sustentado pela esposa que sobrevive de aulas particulares e revisões textuais de “teses e dissertações de mestrado sobre qualquer tema” (p. 12).

Ainda no 1º capítulo, após ironizar suas “romantiquices” literárias – publicaria, na *Revista de Letras*, o poema *O filho da primavera* –, deixa claro que “um filho é a idéia de um filho”; e que, nem sempre, “as coisas coincidem com as idéias que fazemos delas” (p. 14). Tal inconformismo entre o sonho e a realidade reflete a via-crúcis desse Édipo andarilho: recuando no tempo, há apenas dois meses passados, percebe a relação irônica e mordaz entre uma dissertação corrigida para um amigo, na área de genética, cujo tema versava sobre as características da trissomia do cromossomo 21, a síndrome de Down, popularmente conhecida como “mongolismo”, e o fatídico acaso que o presente lhe reservava: um filho portador dessa mesma síndrome.

O destino não o fez cegar os próprios olhos, mas o narrador admite que a morte do menino seria um alívio e o ódio furioso que o acomete fica explícito quando se nega “bovino, a ver e a ouvir” (p. 31). Focando a parafernália familiar e hospitalar, característica do nascimento de bebês, o narrador estabelece uma relação com os rituais dos sacrifícios religiosos e aponta o caráter de encenação/representação de papéis tanto dos pais, quanto dos médicos e enfermeiros.

Assim, os primeiros capítulos exploram as reações adversas do pai e marido – “Eu não preciso deste filho”; “Eu também não preciso desta mulher” (p. 32) – as quais, num crescendo de inconformismo, apelam para registros discursivos dilacerados de vazio e solidão. O menino, que o leitor vem a saber, posteriormente, tratar-se de Felipe, é, no início, designado como “pacotinho suspirante”, “a coisa”, “aquela criança horrível”, “esse”, “simulacro de normalidade”, enfim, nomenclaturas que levam o narrador a concluir que é um “escritor sem obra, [...] e agora pai sem filho” (p. 41). Entretanto, a brutalidade com que questiona a “anormalidade” do filho volta-se, especularmente, como reflexão sobre a própria normalidade.

No 7º capítulo, o narrador se detém na discussão científica a respeito das características da trissomia do cromossomo 21, porém as contingências do fato, quando relacionadas ao filho, não o impedem de considerar-se num abismo. Ao reler um poema engajado, de sua autoria, – “escrito anos antes, numa pensão em Portugal, em seus tempos de mochileiro” (p. 49) – trazido por seu irmão, a pretexto de consolá-lo, analisa-o com olhar crítico, tributa-o como “simulacro de poesia” (p. 51). Entretanto, os versos iniciais servirão como uma espécie de mote do destino para iluminar reflexões posteriores: “Nada do que não foi/ poderia ter sido” (p. 50).

A partir da certeza genética a respeito do filho e do ressentido vazio familiar – “Três estranhos em silêncio. Não há o que abraçar” (p. 66) –, tem início a

peregrinação em busca de clínicas especializadas em programas de estimulação e conseqüentes exercícios de reabilitação. O leitor é informado tanto sobre as deficiências específicas que acometem os portadores de tal síndrome – em termos de visão, audição, tato, linguagem, relações sexuais –, quanto sobre as limitações que os ditos “normais” têm no trato com essas pessoas: “(elas ouvem a palavra ‘não’ milhares de vezes a mais do que qualquer pessoa normal)” (p. 167). Se, didaticamente, há uma descrição de como é possível o processo de auxílio e recuperação de crianças como Felipe, do ponto de vista narrativo, essa didática é amparada e ultrapassada pelas reflexões sobre as relações entre o pai e o filho, o ser e o tempo, o homem e suas circunstâncias, a essência e a aparência, o sentir e o dizer, o acaso e as escolhas, o autor e o leitor, o ato de escrever e a possibilidade de realização. A educação de Felipe é, em contrapartida, a educação do pai em busca de si mesmo. No 20º capítulo, ao narrar o desaparecimento de Felipe, faz um retrospecto dessa fuga e, retornando ao momento de seu nascimento, associa e equipara as sensações como se fossem “o sentimento do abismo” (p. 161). A possibilidade da perda do filho permite ao narrador avaliar o valor desta perda: o desabamento provocado pela solidão: “Não se mova, que dói” (p. 161).

A relação autobiográfica em *O filho eterno*, também se consolida na descrição correspondente ao processo de criação e publicação de outros romances de Cristovão Tezza, como é o caso de *Terrorista lírico*, *Trapo*, *A cidade inventada* e *Ensaio da paixão*, “o primeiro acerto de contas com a própria vida, antes do filho” (p. 116).

Enfim, quem é esse filho eterno? É Felipe, eternamente menino, na fatídica vivacidade de sua inocência canhestra, ou é o pai – Édipo andarilho – a procurar, numa encruzilhada sem destinos programados pelos deuses, sua verdadeira identidade? A ambigüidade do título, reforçando a dimensão de abertura, permite uma dupla resposta e investe no ludismo como solução conclusiva. O futebol – o jeito brasileiro de brindar a vida, “esse nada que preenche o mundo” (p. 218) –, une pai e filho num afeto quente e compartilhado. Atlético fanático, o futebol “passou lentamente a ser para o Felipe uma referência de sua maturidade possível” (p. 219).

Acompanhando os passos do filho, o pai identifica as noções e qualidades possibilitadas pelo futebol: a primeira confirma uma noção de “personalidade”, “incluindo aí o dom terrivelmente difícil de lidar com a frustração” (p. 219); a segunda caracteriza a noção de “novidade”, “não mais apenas alguma coisa que ele já sabe o que é e que vai repetir” (p. 219); a terceira implica a “socialização”: “o mundo se divide em torcedores e por eles é possível classificar as pessoas”; outra noção corresponde à idéia do tempo, proporcionada “pela noção de torneio” (p. 220); uma quinta noção, “outra pequena utopia que o futebol promete – a alfabetização” (p. 221). É interessante refletir sobre a importância do jogo/futebol como via de acesso ao mundo da leitura, pois, através dele, Felipe é “capaz de distinguir a maioria dos times pelo nome, que depois ele digitará no computador para baixar os hinos de cada clube em mp3, e que cantará, feliz, aos tropeços” (p. 221).

A imprevisibilidade é da natureza do jogo e disputar mais uma partida comunga dessa imprevisibilidade. Ao contrário do início do romance, quando o pai olha amargo e ressentido para o filho “mongolóide”, agora, chegado ao término do livro, o narrador confere a si e ao filho o dom do jogo da vida – liberto e imprevisível – bem como a possibilidade de abertura – maturação/amadurecimento – que só o tempo é capaz de proporcionar.

Com *O filho eterno*, Cristovão Tezza confere novas possibilidades ao gênero autobiográfico, redimensionando o papel da memória no presente da narrativa e, sobretudo, inserindo a própria história no contexto de sua criação literária.

Contribuição recebida em 05.05.2008 e aprovada em 19.05.2008.